

## CRITÉRIO CIENTÍFICO DE VERIFICAÇÃO DA VALIDADE DO DISCURSO ESPÍRITA

Roberto Valadão Fortes

Seja por necessidade espiritual (atendimento fraterno, reunião mediúnica, evangelização), seja por mera curiosidade de amigos ou de familiares, não são raras as situações em que o espírita, com base na sua fé religiosa, é chamado para se pronunciar sobre os mais variados temas.

Ocorre que o caráter científico do Espiritismo conduz à certeza de que existem em seu corpo doutrinário critérios dotados de objetividade para verificação da validade das linhas de argumentação produzidas no seu âmbito de cogitações. Identificá-los, portanto, é uma tarefa importante para conferir segurança e legitimidade àqueles que são chamados para falar em nome da doutrina espírita, principalmente em temas não tratados diretamente pela Codificação.

Ora que bem.

Segundo a espiritualidade superior (Questão 629 do LE), a moral cristã funda-se na observância na Lei de Deus de se fazer tudo pelo bem de todos. E, fazer tudo pelo bem de todos, conforme clássica resposta dada à Questão 886 do LE, reside justamente na caridade ensinada pelo Cristo, isto é, na benevolência para com todos, na indulgência para com as imperfeições dos outros e no perdão das ofensas.

Coerente com essa revelação, Allan Kardec consagrou entendimentos no sentido de que fora da caridade não há salvação e de que o Espiritismo é uma ciência de observação preocupada com as conseqüências morais da conduta humana. Com isso, diante da certeza de que pode ser falseada pela má-educação, pelo orgulho e pelo egoísmo (Questão 75, b, do LE), há de se reconhecer que a razão, para o espírita, está submetida aos ditames da caridade.

As seguintes palavras de Emmanuel (O Consolador) ratificam essa linha de raciocínio: “[...] A razão sem o sentimento é fria e implacável como os números, e os números podem ser fatores de observação e catalogação da atividade, mas nunca criaram a vida. A razão é uma base indispensável, mas só o sentimento cria e edifica.”

O reconhecimento da necessidade de se submeter a razão a uma pauta ética pode, em um primeiro momento, causar espécie. Todavia, essa linha de entendimento não é exclusividade do Espiritismo. Emmanuel Kant, em *Fundamentos da Metafísica dos Costumes*, já afirmava, antes do advento da doutrina espírita, que a razão, quando não voltada à construção de uma boa vontade, traz mais penas e dores do que felicidade.

A História é testemunha da utilização da razão para a prática de atos incivilizados. Como exemplos disso, entre tantos outros, há a *Ku Klux Klan* e os idealizadores do *apartheid* que, por meio de complicado exercício de hermenêutica, conseguiram extrair do texto bíblico a fundamentação “divina” para a discriminação racial.

Repetindo Irmão X (Lázaro Redivivo), cabe dizer que: “[...] A razão, de fato, é uma luz na consciência humana, mas, por vezes, converte-se num cêrbero feroz, a exercer terrível controle sobre o coração.”

O perdão, a indulgência e a benevolência são elementos constituintes da caridade genuinamente cristã, sem a qual não há salvação. Palavras da espiritualidade superior condutora da Codificação Kardequiana. Com efeito, qualquer que seja a argumentação produzida na esfera de cogitação espírita, ainda que marcada pela eloquência e sofisticação, quando desprovida desses elementos, será doutrinariamente equivocada, contrária aos propósitos do cristianismo redivivo.

Nessa perspectiva, comportamentos que não ferem a lei de caridade – porque não constituem ausência de benevolência, de indulgência ou mesmo de perdão – não poderão receber qualquer parecer desfavorável do espírita, mesmo quando socialmente repudiados em virtude do preconceito, do atavismo ou mesmo dos interesses pessoais dos seus detratores.

Em verdade, esse sentimento de repúdio decorrente de uma visão preconceituosa, atávica ou mesmo tendenciosa de mundo, tão comuns neste planeta de provas e expiações - e que muitas das vezes galgam ampla aceitação social – é que merecerá um parecer desfavorável do espírita pelo fato de afrontar as leis divinas.

Portanto, não há dúvida de que a resposta dada à Questão 886 do LE ofereceu os critérios intrinsecamente adotados pelo Espiritismo para verificação da validade dos

discursos proferidos por aqueles que são chamados para falar em seu nome, principalmente em temas não tratados diretamente pela Codificação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KANT, Emmanuel. Fundamentos da metafísica dos costumes. Tradução de Lourival de Queiroz Henkel. Clássicos de Bolso. Rio de Janeiro: Ediouro.

KARDEC, Allan. O livro dos espíritos: princípios da doutrina espírita: espiritismo experimental. Tradução de Guillon Ribeiro da 49. ed. francesa. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira. 2005. 604p.

\_\_\_\_\_. O que é o Espiritismo: noções elementares do mundo invisível, pelas manifestações dos espíritos, com o resumo dos princípios da doutrina espírita e resposta às principais objeções que podem ser apresentadas. Tradução de Guillon Ribeiro. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira. 2006. Disponível em: <<http://www.febnet.org.br/ba/file/Obras%20B%C3%A1sicas/oe.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

SALIBA, Elias Thomé. Usos e abusos dos textos bíblicos. 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=466ASP004>>. Acesso em 10 abr. 2011.

XAVIER, Francisco Cândido. Lázaro redivivo. Pelo Espírito Irmão X [Humberto de Campos]. 11a ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005. - cap. 23

XAVIER, Francisco Cândido. O Consolador. Pelo Espírito Emmanuel. 26a ed. Rio de Janeiro: FEB, 2006. - q. 198